

Hannah Arendt e a contradição sobre a questão negra

*Hannah Arendt and the contradiction
on the black question*

**Adriely Oliveira Clarindo, Jésio Zamboni, Jessica Tatiane
Felizardo, Rafaela Werneck Arenari Martins**

Resumo

O presente ensaio almeja caminhar face às contradições descritas por Hannah Arendt em seus escritos sobre a questão negra. Tomaremos, como suporte, a obra crítica intitulada "Hannah Arendt and the Negro Question¹" (2014), de Kathryn T. Gines, e o ensaio "Reflexões sobre Little Rock" (2004 [1959]) de Hannah Arendt, presente na coletânea "Responsabilidade e Julgamento" (2004). Gines (2014) pontua, com base nos escritos arendtianos, que Arendt analisou a questão negra como um problema negro, em vez de apresentá-lo como um problema branco. Com efeito, a partir dessas considerações, iremos elucidar como a abordagem de Arendt, com foco na questão negra, vai ao encontro da contradição, que a impede de reconhecer o racismo como um fenômeno político.

Palavras-chave

Educação, racismo, revolução.

Abstract

This essay aims to walk in the face of the contradictions described by Hannah Arendt in her writings on the black question. We will take, as support, the critical work by Kathryn T. Gines entitled Hannah Arendt and the Negro Question (2014) and the essay Reflections on Little Rock (1956) by Hannah Arendt present in the collection Responsibility and Judgment (2004). Gines (2014) points out, based on Arendt's writings, that Arendt analyzed the black question as a black problem, instead of presenting it as a white problem. In effect, based on these considerations, we will elucidate how Arendt's approach, focusing on the black issue, find contradictions, which prevents her from recognizing racism as a political phenomenon.

Keywords

Education, racism, revolution.

Adriely Oliveira Clarindo

UFES

Mestre em Psicologia
Institucional na Universidade
Federal do Espírito Santo,
Vitória/ES, Brasil.

drica-clarindo@hotmail.com

Jésio Zamboni

UFES

Professor Adjunto no
Departamento de Psicologia e
Professor Permanente no
Programa de Pós-graduação em
Psicologia Institucional da
Universidade Federal do
Espírito Santo.

zambonijesio@gmail.com

Jessica Tatiane Felizardo

UFES

Mestranda no Programa de Pós-
graduação em Psicologia
Institucional na Universidade
Federal do Espírito Santo,
Vitória/ES, Brasil.

jessicafelizardo12@yahoo.com.br

Rafaela Werneck Arenari Martins

UFES

Mestre em Psicologia
Institucional na Universidade
Federal do Espírito Santo,
Vitória/ES, Brasil.

rafaelaarenari@gmail.com

Considerações iniciais

Decepcionar é um prazer. Nem de longe queremos nos fingir de loucos, mas enlouqueceremos à nossa maneira e na nossa hora, não precisam nos empurrar.

Gilles Deleuze

Nosso escrito trilhará sobre os textos de uma mulher judia, que viveu o holocausto nazista, tendo que recorrer ao exílio para salvar sua vida. Refugiou-se na França, vindo a se apartar nos Estados Unidos da América. Hannah Arendt foi uma mulher autêntica e disciplinada com sua obra. Seu encontro com a filosofia é fortalecido por fundamentais pensadores da época, dos quais vale ressaltarmos: Heidegger, Jaspers, Hans Jonas, Brecht e Walter Benjamin dentre outros. Conviveu e esteve presente em rodas de debates ministradas por grandes questionadores de referência da época. Arendt se mostrou estoicamente em meio a esse círculo patriarcal da filosofia. Não se intitulou como filósofa. Em suas palavras: “[...] não pretendo ser nem ambicioso ser um ‘filósofo’, ou estar incluída entre aqueles que Kant, não sem ironia, chamou de *Denker Von Gewerbe*”² (ARENDR, 2014 [1978], p. 17). Certamente, o que ela se intitulou ser foi uma teórica política.

Arendt é considerada uma mulher além de seu tempo. Vejamos seu recuo ao padrão que era imposto para as mulheres da época, o qual ser mulher, nas palavras de Arendt (2008 [1968], *apud* LAFER, 2008, p. 310), “[...] também significava um grande talento culinário e o gosto de cozinhar”. A pensadora foi a primeira mulher a ser professora titular em Princeton no ano de 1959. Ela gozava e ocupava espaços da esfera pública, que eram destinados apenas para os homens. Sua obra, intitulada “Origens do Totalitarismo” (1959), a tornou conhecida e respeitada no campo filosófico. Em síntese, sua trajetória direciona o quanto essa mulher estava além de sua época, porque era natural as mulheres ocuparem apenas espaços da esfera privada, rígida por ordens do arrimo da família.

Para tanto, nosso intuito é explicar a interpretação tecida por Kathryn T. Gines³ (2014), em sua obra “Hannah Arendt and the Negro Question”, cuja pauta diz respeito à contraposição de Arendt acerca da questão negra. Esse tema é pouco discutido entre os leitores e estudiosos da pensadora. Dessa maneira, pretendemos caminhar sobre essa lacuna, presente nos estudos arendtianos, e pontuar a contradição de Arendt sobre o negro, tendo como base a obra crítica de Gines (2014).

Em um primeiro momento, trilharemos sobre o erro de interpretação de H. Arendt⁴ acerca da foto do caso da menina negra, vítima de racismo em Little Rock. Pontuaremos a sucinta contraposição da autora perante a imagem fotográfica. Em um segundo momento, percorreremos acerca da Revolução Americana decretada em 1776, com a finalidade de descrever que o sangue derramado na Revolução não eclodiu em parte da população, conforme foi deliberado na Constituição. Por fim, o terceiro momento se atém sobre a ideologia do racismo e o raciocínio do racismo, sobre o qual Arendt faz uma síntese em relação à forma como o governo imperialista utilizou-se da raça para se organizar politicamente. Diante disso, há uma breve crítica colocada por Gines (2014), em que H. Arendt não salientou sobre o modo como a pseudociência foi vista como um raciocínio racial.

1

Hannah Arendt e a Questão Negra (tradução nossa).

2

Em português: “pensadores profissionais” (tradução nossa).

3

É professora associada de Filosofia e Estudo Afro-Americano na Universidade Estadual da Pensilvânia, diretora e fundadora do Collegium of Black Women Philosophers. Também é editora e fundadora da revista *Critical Philosophy of Race Beyond the Black*

4

“Reflections on Little Rock”, escrito no ano de 1957 e recusado pela revista *Commentary*, posteriormente é publicado na revista *Dissent* no ano de (1959).

A interpretação de Hannah Arendt acerca da foto da menina negra de Little Rock

Figura 1: Fotografia que dispara Hannah Arendt a escrever o ensaio de 1957⁵



Fonte: Disponível na obra: “Responsabilidade e Julgamento” de Arendt (2004 [1959], p.260), organizada por Jerome Kohn, na tradução de Rosaura Einchenber.

Hannah Arendt (2004 [1959]), no ensaio sobre Little Rock⁶, inicia contextualizando o peso das realidades históricas da escravidão, raça, racismo e as consequências políticas dessas realidades nos Estados Unidos da América. Tal escrito a desperta devido ao seu contato com a foto da menina negra, vítima de racismo na escola de Little Rock, a qual foi estampada nos jornais americanos. O ocorrido aconteceu no ano de 1957. Em suas palavras:

O ponto de partida das minhas reflexões foi uma fotografia nos jornais que mostrava uma menina negra saindo de uma escola recém-integrada a caminho de casa: perseguida por uma turba de crianças brancas, protegida por um amigo branco de seu pai, a face dando um testemunho eloquente do fato óbvio de que ela não estava precisamente feliz. A fotografia revelava a situação em poucas palavras, porque aqueles que nela apareciam foram diretamente afetados pela ordem do tribunal federal, as próprias crianças (ARENDR, 2004 [1959], p. 261).

Nessa perspectiva, Gines irá discordar de Arendt dizendo que “[...] Arendt não situa e analisa a questão da cor em um contexto político e histórico. Em vez disso, ela escolhe caracterizar a segregação, especialmente na educação, como uma questão social”⁷ (GINES, 2014, p. 14, tradução nossa). Ao conceber a educação como pertencente a uma esfera pré-política e social, Arendt entendia que a luta dos negros não deveria, portanto, envolver as crianças na educação, uma vez que seria colocar um problema do campo social no campo político e, até aqui, sabemos que essa é uma divisão bastante cara à pensadora. A partir disso, Gines (2014) conclui que Arendt apresenta a crise da segregação na educação pública como um problema negro em vez de um problema branco.

Segundo Gines (2014), Arendt, em seu escrito do ano de 1959, estava encoberta de contradição desde o início. A autora salienta que não publicou seu texto na data referenciada pelo fato de ter entrado em discordância com a posição da revista sobre o racismo e a segregação. De acordo com Norman

5

Hannah Arendt havia escrito seu ensaio no ano de 1957, o ensaio não foi publicado na época, pois a editora Commentary havia averiguado um ponto de vista controverso da autora. Todavia, no ano de 1959, Arendt consegue publicar o ensaio: “Reflections on Little Rock” (1959), tecendo um argumento que às crianças não deveriam ser inseridas na linha de frente das batalhas políticas. A vista disso, por mais que Arendt seja simpatizante dos grupos minoritários, ela tece uma cobrança aos pais negros e os ativistas da NAACP que inseriram seus filhos e filhas na batalha de desagregação. Ela frisa por fim, uma irresponsabilidade política e abandono de crianças negras as forças brutais do governador Jim Crow South.

6

É relevante ressaltar que o ensaio “Reflections on Little Rock” é datado de 1959, o escrito faz parte da obra “Responsibility and Judgment” (2003). Os ensaios foram organizadas por Jerome Koh. No ano de 2004 a obra foi publicada no Brasil pela tradução de Rosaura Einchenberg.

7

“[...] Arendt does not situate and analyze the color question in a ‘political and historical framework. She chooses instead to characterize segregation, especially in education, as a social issue.” (GINES, 2014, p. 14).

Podhoretz “[...] o ensaio de Arendt, foi considerado tão controverso que o Commentary não quis publicá-lo”⁸ (PODHORETZ, 1999, p. 146-147 tradução nossa). A partir dos rumores, Arendt retira seu texto da revista, direcionando a publicação para a revista Dissent. Assim, a teórica responde às críticas, sendo estas publicadas na mesma revista em que foi publicado seu escrito (GINES, 2014, p. 15).

A obra “Hannah Arendt and the Negro Question” (2014) aponta que, até mesmo na fotografia analisada por Arendt, houve erro por parte de sua interpretação, já que sua análise, perante esse tema, iniciou-se por causa da fotografia, a qual foi exposta nos jornais americanos. Na imagem original, a menina Elizabeth Eckford aparece na fotografia após sair da escola sendo perseguida por uma multidão de pessoas brancas, contrárias ao fim da segregação racial nas escolas. Sobre esse assunto, Danielle S. Allen (2004), na obra: “Talking to Strangers Anxieties of Citizenship since Brown v. Board of Education” comenta que Arendt estava se referindo a fotografia estampada na primeira página do jornal no New York Times no dia 5 de setembro de 1957. Nesta data o jornal apresentou duas fotografias referentes à desagregação escolar. Acerca desse acontecimento, Gines frisa:

A primeira página do jornal nesta data realmente apresenta duas fotografias referentes à segregação da escola. Cada fotografia inclui uma aluna negra de um ano e as jovens estão usando vestidos com estampas semelhantes. A primeira imagem mostra o guarda criando uma barreira impedindo Elizabeth Eckford de ter acesso à Central High School em Little Rock, Arkansas, enquanto uma aluna branca é autorizada a contornar a barreira. A segunda imagem mostra Dorothy Counts e o Dr. Edwin Tompkins cercados por estudantes brancos ‘zombando’ enquanto caminhavam em direção à Harding High School, em Charlotte, Carolina do Norte. Por acaso, Arendt descreve a segunda foto de Counts e o Dr. Edwin Tompkins em Charlotte, em vez da Eckford em Little Rock. A sua interpretação da fotografia e a avaliação da cena estão erradas em ambos os casos⁹ (GINES, 2014, p. 16, tradução nossa).

No dia do ocorrido, conforme Gines (2014) referência, os alunos foram avisados da possibilidade de um novo plano, o qual seria reunir-se em um local designado com o intuito de irem juntos para a escola. Esse plano foi comunicado aos pais, via telefone, por Bates. O fato é que Elizabeth e seus pais não sabiam do plano combinado, pois estes não possuíam telefone em sua residência. Consequentemente, a falta de comunicação levou a menina a enfrentar sozinha a multidão branca e racista, a qual suplicava que ela fosse linchada.

Nas palavras de Eckford Bates (presidente da NAACP)¹⁰,

[...] alguém começou a gritar: ‘Linche ela! Linche ela!’ [...] Chegaram mais perto, gritando: ‘Nenhuma vadia negra vai entrar na nossa escola. Saia daqui’. Voltei aos guardas, mas seus semblantes me disseram que eu não conseguiria ajuda deles” (GINES, 2014, p. 17, tradução nossa).¹¹

O episódio violento contra a criança é narrado a seguir:

Elizabeth Eckford, chegando à Escola Central, inicialmente, pensou que o guarda estava lá para protegê-la. A menina logo percebeu que os soldados estavam lá (sob as ordens do governador de Arkansas Orval e Faubus) para mantê-la fora da escola em vez de protegê-la da multidão. Infelizmente, Elizabeth teve que confrontar a máfia raivosa, branca e racista, sozinha em Little Rock. Isso ocorreu devido a uma falta de comunicação, não à negligência por parte de seus pais ou à NAACP, como referenciado por Arendt¹² (GINES, 2014, p. 16, tradução nossa).

8

“Arendt’s essay was deemed so controversial that Commentary did not want to publish it” (PODHORETZ, 1999, pp. 146-147).

9

The newspaper’s front page on this date actually features two photographs pertaining to school desegregation. Each photograph includes a fifteen-year-old Black female student, and the young ladies are wearing similarly patterned dresses. The top image depicts the National Guard creating a barrier preventing Elizabeth Eckford from gaining access to

Central High School in Little Rock, Arkansas, while a white female student is allowed to bypass the barrier.⁵ The bottom image shows Dorothy Counts and Dr. Edwin Tompkins surrounded by “jeering” white students while walking toward

(not away from) Harding High School in Charlotte, North Carolina. Arendt mistakenly describes the photo of Counts in Charlotte rather than the one of Eckford in Little Rock. And her interpretation of the photograph and assessment of the scene are wrong in both cases”. (GINES, 2014, p. 16).

10

Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor é uma das mais antigas e mais influentes instituições a favor dos direitos civis de uma minoria nos Estados Unidos.

11

“[...] somebody started yelling, ‘Lynch her! Lynch her!’ [...] They came closer, shouting, ‘no nigger bitch is going to get into our school. Get out of here.’ I turned back to the guards but their faces told me i wouldn’t get help from them” (GINES, 2014, p. 17).

A obra de “Danielle Elle” (2004), referenciado por Gines (2014) citada anteriormente, esclarece que a instituição NAACP e os pais das crianças estavam ausentes durante a cena, como afirma Arendt. Todavia, Gines (2014) ressalva que Arendt analisa a fotografia com suposições já formadas ao endossar que os pais negros e a NAACP foram negligentes e oportunistas. Agiram dessa forma, a fim de buscar mobilidade social por meio da obrigação do governo em integrar as crianças negras em escolas públicas destinadas aos brancos. Disso, aqui se percebe o quanto Hannah Arendt foi marcada por seu histórico, pelo lugar de fala e pela casa em que ela cresceu e foi educada. Gines reitera:

Arendt revela que ela e todas as crianças judias experimentaram o antissemitismo. Ela frequentou uma escola com alunos e professores que faziam comentários antissemitas. Em vez de abrigo nesse ambiente antissemita, sua mãe não a ensinou a humilhar-se ou ceder nesse ambiente hostil (GINES, 2014, p. 19, tradução nossa).¹³

Para tanto, por meio do histórico de Arendt, ao analisar o caso de Elizabeth e ensaio Little Rock são perceptíveis as práticas do judaísmo que ela vivenciou. E isso lhe custa uma análise que vai de encontro ao “conservadorismo”. Nessa perspectiva, Elisabeth Young-Bruehl (2004) lê o ensaio de Little Rock como reflexo do corpo arendtiano ser tomado por práticas do Judaísmo mais conservador. Em suma em suas palavras: “[...] Essa criança não recebeu a proteção absoluta da dignidade”¹⁴ (BRUEHL, 2004, p. 311), tradução nossa). Diante dessa fala, pensar-se-á que a mãe de Arendt, Martha Arendt, educou a filha, para deixar situações sociais em que não era desejada e retornar para casa em seguida. Percebe-se que a figura materna marca Arendt sobre a análise do caso Elisabeth. Em outras palavras, Arendt certamente se indagou: onde está a mãe ou o pai dessa criança?

Arendt piora ao referenciar sobre os pais estarem negando a dignidade e proteção aos seus próprios filhos. Ao contrário disso, os pais negros estimularam a dignidade e o autorrespeito de seus filhos, ajudando-os a enfrentar a situação racista e a supremacia branca sob a qual viviam. De tal modo, Arendt traz na memória as lições que recebeu de sua mãe, com o intuito de interpelar as lições que lhe foram ensinadas pelos pais negros. Isso é averiguado na resposta e na pergunta:

[...] o que eu faria se fosse uma mãe negra? Resposta: em nenhuma circunstância, exporia meu filho a condições que dariam a impressão de querer forçar a sua entrada num grupo em que não era desejado. Psicologicamente, a situação de não ser desejado (uma situação embaraçosa tipicamente social) é mais difícil de suportar do que a franca perseguição (uma situação política embaraçosa), porque o orgulho pessoal está envolvido. Por orgulho, não me refiro a nada como ‘orgulhar-se de ser negro’, judeu ou branco protestante anglo-saxão etc., mas àquele sentimento inato e natural de identidade com o que somos pelo acaso do nascimento. O orgulho, que não compara e desconhece os complexos de inferioridade ou de superioridade, é indispensável para a integridade pessoal, um sentimento que se perde menos pela perseguição do que por coagir, ou antes ser forçado a coagir, à saída de um grupo e à entrada em outro. Se eu fosse uma mãe negra no Sul, sentiria que a decisão da Suprema Corte, involuntária mas inevitavelmente, colocara o meu filho numa posição mais humilhante do que aquela em que ele se encontrava antes (ARENDR, 2004 [1959], p. 261-262).

Dessa maneira, há um equívoco, como já mencionado: Arendt assume que os pais negros não protegeram a dignidade de seus filhos. Além disso,

12

“Elizabeth Eckford, arriving at Central High school, initially thought that the national guard was there to protect her. Eckford soon realized the soldiers were there (under orders from Arkansas governor Orval e Faubus) to keep her out of the school rather than to protect her from the crowd. Unfortunately, Eckford did confront the angry, white, racist mob on her own in Little rock. But this was due to a breakdown in communication, not neglect on the part of her parents or the NAACP, as suggested by Arendt” (GINES, 2014, p. 16).

13

“Arendt discloses that she and all Jewish children experienced antisemitism. she attended a school with students and teachers who made antisemitic remarks. Rather than shelter Arendt from this antisemitic environment, her mother taught her not to humble herself or yield to it” (GINES, 2014, p. 19).

14

“[...] This child was not given the ‘absolute protection of dignity’ (BRUEHL, 2004, p. 311).

ela também assume que os pais negros, prontamente, enviaram seus filhos para escolas brancas, a fim de se socializarem com estudantes brancos, que não os queriam por perto. Outra questão posta, quando Arendt articula explicitamente suas dúvidas sobre a igualdade de oportunidades educacionais, sendo uma questão central para os pais negros, notamos que:

[...] Além do mais, se fosse negra, sentiria que a própria tentativa de começar a dessegregação na educação e nas escolas não tinha apenas deslocado, e muito injustamente, a carga da responsabilidade dos ombros dos adultos para os das crianças. Estaria também convencida de que há, em todo o empreendimento, uma implicação de tentar evitar a questão real. A questão real é a igualdade perante as leis do país, e a igualdade é violada pelas leis da segregação, isto é, por leis que impõem a segregação, e não por costumes sociais e maneiras de se educar as crianças. Se fosse apenas uma questão de educação igualmente boa para os meus filhos, um esforço para lhes conceder igualdade de oportunidades, por que não me pediram que lutasse pelo melhoramento das escolas para crianças negras e pelo estabelecimento imediato de classes especiais para aquelas crianças cujo histórico escolar as torna aceitáveis nas escolas de brancos? (ARENDDT, 2004 [1959], p. 262).

Arendt coloca essas questões e sugere, em primeiro lugar, a) que os pais negros não estavam lutando para melhorar as escolas de seus filhos e, segundo, b) que registros podem tornar os alunos negros mais “aceitáveis” para as escolas brancas, ainda em “classes especiais” separadas. Nessa situação, a autora se entrelaça mais ainda, colocando-se em defesa das mães brancas e dos direitos brancos no Sul a partir da pergunta: “[...] o que eu faria se fosse uma mãe branca no Sul?” (ARENDDT, 2004 [1959], p. 263).

A resposta da pensadora diz respeito a ser contra a interferência do governo sobre a educação dos seus filhos, colocando, assim, a criança em tutela dos pais até que estes sejam adultos. Nas palavras de Gines: “[...] ela está defendendo as escolhas dos pais brancos para seus filhos sem levar em conta a falta de escolhas aos pais para seus filhos”¹⁵ (GINES, 2014, p. 44, tradução nossa). Percebemos que Arendt não faz tentativa alguma de defender o direito das famílias negras para igualar as escolas públicas. O que se analisa é que o direito dos pais brancos e os dos estados do Sul em prol da manutenção das escolas públicas segregadas estão entre as principais preocupações articuladas em suas reflexões.

Para concluirmos, os erros percorridos por Arendt sobre a fotografia que ela descreveu em “Reflexões sobre Little Rock” (2004), junto com seus erros de julgamento, especialmente em sua afirmação de que os pais negros submetiam seus filhos a grupos racistas com o objetivo de se promoverem não deve ser ignorados. Além de rejeitarmos seus erros de julgamento sobre os pais negros e sua representação excessivamente simplificada da comunidade negra, devemos prestar atenção às maneiras pelas quais se prioriza o direito dos brancos de discriminar o direito dos negros a oportunidades educacionais iguais.

Quando Arendt questiona a decisão do governo de “fazer valer os direitos civis onde não há nenhum direito político básico em jogo”, (ARENDDT, 2004 [1959], p. 56), ela não consegue entender as formas que o acesso a uma educação pública de qualidade (e ensino superior) impacta outras áreas, que ela vê como propriamente política. Suas classificações errôneas permitem que ela classifique as escolas públicas como instituições sociais, e não como instituições públicas e políticas. Acontece que, mesmo que Arendt não entenda, ela faz, em muitos de seus ensaios sobre a questão negra, o compartilhamento comum dos preconceitos americanos (branco) em relação aos negros (GINES, 2014).

15

“she is defending the choices of white parents for their children without regard for the lack of choices aorded to Black parents for their children” (GINES, 2014, p. 44).

Figura 2: Elizabeth Eckford¹⁶ setembro 4, 1957



Fonte: Photo: Will Counts Collection, Indiana University Archives.

Sobre a Revolução Americana que não inclui os negros

No presente item, almejamos discorrer em especial sobre a Revolução Americana, apresentada na obra *Da Revolução*¹⁷, da teórica política Hannah Arendt. Chamamos atenção de que há um paradoxo em relação ao negro e à liberdade proclamada na Revolução Americana. Isto é, ao defender a retomada da experiência da Revolução Americana como fruto de um consentimento igualitário, houve uma contraposição do que estava afirmado na Constituição da Declaração Americana a igualdade e a liberdade não foram concedidas para todos os americanos, sendo que os negros foram o alvo atingido dessa barbárie (ARENDR, 1988 [1965]).

O conceito de revolução é certificado, durante o século XVIII, afirmando que um novo rumo para a história da humanidade estava por vir a acontecer. Aos espectadores e autores que se engajaram na Revolução, estes não tinham o juízo sobre qual enredo estava por vir. Ocasionalmente, o enredo era justamente o aparecimento da liberdade. Newton Bignotto, a respeito disso, diz:

Sobre a Revolução, começa com a afirmação de que o objetivo das revoluções sempre foi a liberdade. Embora essa afirmação possa soar banal, ela terá uma importância capital na argumentação da autora. É preciso lembrar que Arendt dizia que a liberdade confere sentido à política e alertava para o fato de que considerar a política como um meio 'de assegurar as provisões vitais da sociedade e a produtividade do livre desenvolvimento social' pode se constituir na porta de entrada para regimes extremos, que ameaçam a própria vida, ao destruir toda possibilidade de convívio baseado na diferença e na pluralidade (BIGNOTTO, 2011, p. 42).

Em 1973, quatro anos após eclodir a Revolução Francesa, os americanos haviam concordado plenamente com Robespierre, sobre o objetivo maior da revolução ser a constituição da liberdade, e a meta a incumbir era a fundação da república para o governo. Porém, Arendt (1988 [1965], p. 113) questiona, “[...] ou, talvez, fosse o inverso, e Robespierre tivesse sido influenciado pelo curso da Revolução Americana, quando formulou seus famosos Princípios do Governo Revolucionário”.

16

Fotografia que envergonhou a América do sul dos EUA. No outono de 1957, Elizabeth estava entre os nove estudantes negros que haviam se alistado e selecionada para ingressar na Little Rock Central High School. A Central foi à primeira escola secundária de uma grande cidade do sul a ser desagregada. Elizabeth queria se tornar advogada e achou que a Central a ajudaria a realizar esse sonho, ela foi inspirada por Thurgood Marshall, que foi advogado de Oliver L. Brown e Clarence Darrow, dois indivíduos afetados pelos casos de desagregação. Ela tinha apenas 15 anos na época.

17

“Sobre a Revolução é um dos livros mais instigantes e polêmicos de Arendt. Embora seja excessivo classificá-lo como uma síntese de sua obra como fez Gottsegen, é inegável que ele toca em um ponto crucial de sua démarche e nos ajuda a esclarecer um aspecto original de sua filosofia. Muitos intérpretes afirmaram, não sem razão, que o capítulo final da obra, que trata da tradição revolucionária surgida depois do século XVIII, permite fazer a ponte entre as reflexões sobre as revoluções históricas e o pensamento da autora a respeito de nosso tempo’.

Arendt cita os primeiros documentos dos tempos coloniais, em que estes terão o poder e a liberdade de decidir. Aqui, de acordo com ela, havia uma crítica, pois ambas as palavras (poder e liberdade) são sinônimas e que, naquela época, era natural fazer tal divisão. Se para Montesquieu a revolução se resumiria em “[...] a constituição da liberdade política” (MONTESQUIEU, 1748, p. 12 *apud* ARENDT, 1988 [1965], p. 120), para Arendt, a palavra constituição perderá o sentido plenamente. Nesse contexto, a palavra significava o inverso que foi cunhado por Montesquieu. Nas palavras da autora, o “[...] grande templo da liberdade federal deve estar alicerçado na fundação correta de distribuição de poder” (ARENDT, 1988 [1965], p. 120).

À vista disso, proclama-se, nos EUA, a igualdade de todos e o direito de cada um à vida, à liberdade e à procurada felicidade; e coloca-se a legitimidade dos governos sob a condição de garantirem a realização dos fins sociais para quem foram instituídos. Entretanto, tendo como base que a Constituição, que declarou: a) Liberdade, b) Igualdade e c) Felicidade. Basicamente, o que foi referenciado afirma que todos aqueles direitos, que serviam apenas para os ingleses, seriam compartilhados, no futuro, por todos os homens. Ou seja, os homens devem viver subalternos a um governo constitucional “limitado” (ARENDT, 1988 [1965], p. 119). Assim, sobre o tema da Declaração e Independência dos Estados Unidos da América, Lucia Helena da Silva em sua obra “A questão da Liberdade em Hannah Arendt no âmbito da Revolução Americana”, faz a seguinte colocação:

Thomas Jefferson, como membro do Congresso Continental, foi escolhido, em 1776, para redigir a Declaração de Independência, que tem sido considerada, desde então, como uma carta de liberdade americana e universal. O documento proclama que todos os homens são iguais em direitos, independentes de nascimento, riqueza ou status, e que o governo é seu servo, não o mestre do povo (SILVA, 2017, p. 27).

Por conseguinte, a meta da Constituição Americana consistia em limitar o poder e incidir poder para o povo. Destarte, a Constituição Americana tornou-se como meta a liberdade, fazendo da revolução o fundamento da liberdade (ARENDT, 1988 [1965], p. 123). Segundo Arendt, o que faltou no Velho Mundo foram as jurisdições municipais das colônias, pois a Revolução Americana eclodia e a doutrina da soberania do povo emergiu das municipalidades e tomou conta do Estado. Sobre isso, Arendt observa:

Aqueles que receberam o poder de constituir, ou seja, o poder de moldar as constituições, eram representantes devidamente eleitos de organismos constituídos, sua autoridade vinha de baixo, e quando eles se aferraram ao princípio romano de que a sede do poder estava no povo, não estavam raciocinando em termos de uma ficção ou de um absoluto, a nação acima de toda autoridade e isenta de todas as leis, mas em termos de uma realidade atuante, a multidão organizada, cujo poder era exercido em consonância americana com as leis e por elas limitado. A insistência revolucionária americana na distinção entre uma república e uma democracia, ou governo de maioria, se apoia na separação radical entre lei e poder, com diferentes origens, diferentes legitimações e diferentes esferas de aplicação nitidamente delimitadas (ARENDT, 1988 [1965], p. 133).

Assim, o que a Revolução Americana eclodiu foi levar o poder para o domínio público. Nas palavras de Palmer, “[...] o poder da confiança depositada uns nos outros e no povo em geral que permitiu aos Estados Unidos superar, com sucesso, uma revolução, (PALMER, 2014 [1964], p.

322). Porém, não houve piedade da nação negra americana. Houve uma contraposição de ideais. De fato, o sentenciado pela Revolução Americana, não foi o povo como um todo. Todavia, parte desse povo, os negros e os povos indígenas, não o alcançaram. A exemplo disso, é o racismo difundido no caso da menina de Little Rock conforme exposto anteriormente.

O racismo e o raciocínio racial

Na obra intitulada “Origens do Totalitarismo” (1951), Arendt lança uma distinção entre raciocínio racista e racismo. A autora distingue “raciocínio racista” com os estudos da pseudociência colocando sobre hierarquia a origem do “racismo”. Posteriormente, descreve como a ideologia foi utilizada para justificar as agendas políticas nacionais do imperialismo (ARENDR, 1989 [1951], p. 160).

Segundo Gines (2014), Arendt, na obra referenciada, segue sua ideia sobre a raça, sendo descrita como formas de raciocínio racial, e não como racismo. Arendt faz consideração sobre o modo como esses conceitos operam em sua análise no imperialismo e endossa que o pensamento racial é tido como opinião que se apoia nas teorias da pseudociência para frisar a hierarquia racial. Já o racismo é compreendido como ideológico. Nas palavras de Gines:

Arendt afirma que o racismo não é tanto um subproduto do raciocínio racial quanto é um subproduto do imperialismo. Assim, o imperialismo precisava de justificação. O racismo teria sido inventado mesmo na ausência de raciocínio. Ela identifica corretamente o racismo como uma ferramenta usada pelos europeus para justificar a exploração e a opressão na forma do imperialismo. No entanto, sua análise é limitada, porque descarta a possibilidade de raciocínio racial, utilizando ciência, antropologia, ou qualquer outra ferramenta para apoiar reivindicações sobre hierarquias raciais, que, por sua vez, são usadas para justificar ou desculpar a opressão racial baseada nessas hierarquias. Já é racista mesmo que ainda não tenha sido desenvolvido ideologia. E, além disso, a análise de Arendt de racismo em relação ao imperialismo não leva em conta o fato de que essa mesma possibilidade era a realidade das instituições raciais da escravidão e do colonialismo primitivo muito antes que a raça se tornasse a desculpa para o imperialismo¹⁸ (GINES, 2014, p. 84, tradução nossa).

Sobre isso, Arendt chega a narrar que, durante o Imperialismo, dois modos de se organizar politicamente e sobre o domínio dos povos predominavam: o primeiro assinalava a raça como estrutura política e o segundo modo, a burocracia como princípio do domínio do exterior. A autora prossegue com a sua análise alegando que, na conjugação do racismo e do sistema burocrático, na primeira fase do Imperialismo, territórios imensos caíram sob o domínio completo não da lei, mas do decreto, quando seus nativos eram classificados como cidadãos inferiores utilizando-se dos meros critérios de raça ou de cor. Tais critérios estiveram na origem das selvagens matanças de Carl Petters no Sudeste Africano Alemão. A esse respeito, Arendt salienta:

A ideia da raça encontrou a resposta dos bôeres à ‘monstruosidade’ esmagadora descoberta na África – todo o continente povoado e abarrotado de selvagens – e a justificação da loucura que os iluminou como ‘o clarão de um relâmpago num céu sereno’ no brado: ‘Exterminemos todos os brutos!’ Dessa ideia resultaram os mais terríveis massacres da história: o extermínio das tribos hotentotes pelos bôeres, as selvagens matanças de Carl Petters no Sudeste Africano Alemão, a dizimação da pacata população do Congo reduzida de uns 20 milhões para 8 milhões; e, o que é pior, a

18

“Arendt claims that racism is not so much a byproduct of race thinking as it is a byproduct of imperialism. And since imperialism needed justification, racism would have been invented even in the absence of race thinking. she correctly identifies racism as a tool used by europeans to justify exploitation and oppression in the form of imperialism. However, her analysis is limited because it discounts the possibility that race thinking utilizing science, anthropology, or any other such tool to support claims about racial hierarchies, which are in turn used to justify or excuse racial oppression based on those hierarchies, is already racist, even if it has not yet been developed into a fully accepted ideology. and furthermore, Arendt’s analysis of race thinking and racism in relation to imperialism does not take into account the fact that this very possibility was the reality of racialized institutions of slavery and early colonialism long before race became the excuse for imperialism” (GINES, 2014, p. 84).

adoção desses métodos da ‘pacificação’ pela política externa europeia comum e respeitável (ARENDDT, 1989 [1951], p. 215-216).

Diante desse acontecimento trágico e racista, Arendt opina em reforçar que, desde o início do século XX, a ideologia do racismo encorajou a política imperialista. A ideologia racista se alastrou por todos os países ocidentais durante o século XIX. Nessa perspectiva, o racismo era salientado como um dos critérios a ser julgado na esfera política. Tocqueville escreveu para Gobineau acerca do assunto: “[...] elas são provavelmente erradas e certamente perniciosas” (Apud ARENDT, 1989 [1951], p. 188). Para tanto, nada foi feito. Eles seguiram dando supra importância para o pensamento racista.

Desse modo, na França no século XVIII, surgiu o interesse pelos povos “diferentes”. Ocorreu a liberdade aos povos de todas as etnias na Revolução Francesa. Todavia, é nesse país amante da humanidade que se dá o vestígio do “[...] poderio racista destruidor das nações e aniquilador dessa humanidade” (ARENDDT, 1989 [1951], p. 192). A referência, tanto no modo de pensar na classe e de diferentes povos, é estabelecida pelo nobre francês conde de Boulainvilliers. Em referência a esse autor, considera-se que não há ideia de raça, porém de conquista.

Em termos arendtianos, evidencia-se que foi, por meio da nobreza, que o racismo nasceu e prevaleceu. Essa demanda não sucede, primeiramente, na Alemanha, e sim na França, influenciada por um conde frustrado: Gobineau. Em suma, suas teorias incitam que, qualquer que seja a mistura, é a raça inferior que predomina. Já na Alemanha, Herder se recusou a impor aos homens a palavra raça, sendo o primeiro historiador a utilizar a classificação de espécies diferentes. Na América e na Inglaterra, após a abolição da escravatura, por lá, os episódios permaneciam mais abstrusos: “[...] com a exceção da África – nação que só influenciou o racismo, foram os primeiros a lidar com o problema racial na política prática” (ARENDDT, 1989, p. 208).

É diante dessa genealogia que Hannah Arendt (1989 [1951]) caminha e expõe, na obra “Origens do totalitarismo”, em especial no capítulo “Imperialismo”, os pontos da teoria racial, caminhando por um raciocínio racial, e não de cunho racista. O extermínio de 20 milhões para 8 milhões da pacata população do Congo, ocasionado pelo ódio contra a população negra e mestiça induzidos pelas teorias do Gobineau (fundador da corrente poligenista), e outros episódios aqui citados, não é o suficiente para afirmar as práticas racista? Desse modo, não se trata de um raciocínio racial, e sim de cunho racista, disseminado nesses discursos e práticas que foram responsáveis por aniquilar muita gente na história.

Considerações finais

Ao propormos a abordagem em torno da contradição da questão negra em Hannah Arendt, ressaltamos as perguntas que moveram a pensadora, a saber: a) A minha primeira pergunta foi: o que eu faria se fosse uma mãe negra? b) O que eu faria se fosse uma mãe branca no Sul? e c) terceira pergunta, perguntei a mim mesma: o que distingue exatamente o assim chamado modo de vida sulista do modo de vida americano em relação à questão da cor? Ver-se por meio das perguntas e respostas referenciadas que Arendt obtém uma imagem dos negros, distorcida e parcial, há uma cegueira branca por parte da autora. Ela representa os afro-americanos como despreocupados com questões políticas e preocupados com as questões sociais. Arendt, ao reforçar que os pais negros estão colocando suas crianças em perigo, faz-se indagar que a pensadora se estruturou como uma representante dos americanos brancos, tendo um resultado negativo

da imagem da negritude, que persiste na imaginação branca, uma imagem que está na fundação do problema branco.

É relevante expressarmos que Arendt ignora os casos de uma nação, que aceita o princípio da igualdade entre determinados grupos ou raças. Ela também rejeita as noções de igualdade e solidariedade de todos os povos. Isso é afirmado no advento da Revolução Americana, em que os Direitos do Homem foram fundados e a liberdade civil tornou-se uma realidade na configuração da legalidade assegurada por meio da Constituição. Entretanto, essa liberdade não se efetivou para o negro. O caso de Little Rock é exemplo que comprova a não efetivação dos direitos civis da população negra dos EUA. Assim, os direitos civis não constituem uma realidade para todos.

Arendt (2008 [1968], p. 302), ao afirmar a seguinte frase: “[...] quero tornar claro que, como judia, a minha simpatia está não só com a causa dos negros, mas também com a causa de todos os oprimidos e não privilegiados”, concomitante a obra crítica de Gines (2014) ressalva que a simpatia de Arendt era com pais brancos, filhos brancos e com o estado político confrontado com a segregação forçada pelo governo, não com os americanos enfrentando o racismo antinegro no sul e em todo o país.

Sobre o artigo

Recebido: 10/08/2019

Aceito: 03/09/2019

Referências bibliográficas

- ALLEN, D. S. **Talking to Strangers: Citizenship after Brown v. Board of Education**. Chicago; London: The University of Chicago Press, Ltd., 2004.
- ARENDDT, H. **A vida do espírito. O pensar, o querer, o julgar** (1978). Tradução de Cesar Augusto R. de Almeida, Antônio Abranches e Helena Franco Martins. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- ARENDDT, H. **Da revolução** (1965). Tradução de Fernando Vieira e Caio N. de Toledo. São Paulo; Brasília: Ática; Editora UnB, 1988.
- ARENDDT, H. **Homens em Tempos Sombrios** (1968). Tradução de Denise Bottmann. Posfácio de Celso Lafer. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARENDDT, H. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo** (1951). Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARENDDT, H. Reflexões sobre Little Rock (1959). In: KOHN, J. (Org.). **Responsabilidade e Julgamento**. Tradução de Rosaura Einchenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BIGNOTTO, N. Hannah Arendt e a revolução francesa. **O que nos faz pensar**, v. 20, n. 29, p. 41-58, 2011.
- BRUEHL, Y. E. **Hannah Arendt: For the Love of the World** (1982). New Haven: Yale University Press, 2004.
- DELEUZE, G. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2013.
- GINES, K. T. **Hannah Arendt and the Negro Question**. Indiana: Indiana University Press, 2014.

- LAFER, C. Posfácio. In: ARENDT, H. **Homens em Tempos Sombrios** (1968). Tradução de Denise Bottmann. Posfácio de Celso Lafer. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- MONTESQUIEU, C. L. de. **Do Espírito das Leis. Coleção Os Pensadores – Montesquieu** (1748). São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- PALMER, R. R. **The Age of the Democratic Revolution: A Political History of Europe and America, 1760-1800** (1964). Princeton: Princeton University Press, 2014.
- PODHORETZ, N. **Ex-Friends: Falling Out with Allen Ginsberg, Lionel and Diana Trilling, Lillian Hellman, Hannah Arendt, and Norman Mailer**. New York: Free Press, 1999.
- SILVA, L. H. **A questão da liberdade em Hannah Arendt no âmbito da Revolução Americana**. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2017.